

# **Mapeando a resistência: experiências de mapeamentos participativos entre os Pataxó, no contexto do processo de autodemarcação da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal<sup>1</sup>**

Mapping the struggle: participatory mapping experiences among the Pataxó in the context of the self-demarcation process of the Barra Velha do Monte Pascoal Indigenous Land

**Anna Kuowicka**

Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, Bahia, Brasil

## **RESUMO**

O presente artigo foca na experiência da introdução das ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica e da realização dos mapeamentos participativos entre os Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, no contexto da luta pelos seus direitos territoriais. Os Pataxó perderam seu território tradicional na década de 1940, em função da instalação do Parque Nacional de Monte Pascoal. Desde então, lutam incansavelmente pelo direito de retorno às áreas dos seus ancestrais, tornando a criação da unidade de conservação um eixo identitário para sua mobilização etnopolítica. O momento atual dessa luta está marcado pela autodemarcação de seu território tradicional. Cansados de esperar pelo Estado no processo de reconhecimento, os Pataxó empreenderam, a partir de 2022, uma série de ocupações territoriais. O trabalho descreve a realização do projeto de Antropologia Engajada, entre os anos de 2023 e 2024, inserido no presente contexto político do território pataxó. O objetivo do projeto foi a criação de uma unidade de monitoramento: o Observatório Pataxó do Território. A equipe do Observatório, composta por dois Pataxó e pela autora deste artigo, trabalhou de forma alinhada com o Conselho de Caciques do território ao longo de um ano. Produziu, de forma autônoma, dados inéditos sobre o processo de luta Pataxó, construindo o mapa “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal”. Ao mesmo tempo, popularizou o acesso ao conhecimento georreferenciado sobre o processo de demarcação do território,

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação Wenner Gren, na modalidade Engaged Research Grant.

---

Recebido em 25 de outubro de 2024.  
Avaliador A: 10 de fevereiro de 2025.  
Avaliador B: 21 de fevereiro de 2025.  
Aceito em 18 de junho de 2025.

participando ativamente de diversos debates políticos internos. Este trabalho mostra como o engajamento e as práticas de mapeamentos participativos resultaram em um aprofundamento na compreensão da construção da territorialidade Pataxó.

**Palavras-chave:** Territorialidade, Autodemarcação, Mapeamento participativo, Sistema de Informação Geográfica, Pataxó.

## ABSTRACT

This article focuses on the experience of introducing Geographic Information Systems tools and carrying out participatory mapping among the Pataxó of the Barra Velha do Monte Pascoal Indigenous Territory, within the context of their struggle for territorial rights. The Pataxó lost their traditional territory in the 1940s with the creation of the Monte Pascoal National Park. Since then, they have fought tirelessly for the right to return to their ancestral lands, with the establishment of the protected area becoming a central axis of their ethno-political mobilisation. The current phase of this struggle is marked by the self-demarcation of their traditional territory: tired of waiting for state recognition, the Pataxó launched a series of territorial occupations in 2022. This paper describes the implementation of an Engaged Anthropology project between 2023 and 2024, set within the current political context of the Pataxó territory. The project's goal was to create a monitoring unit: the Pataxó Territory Observatory. The Observatory team, consisting of two Pataxó members and the author of this article, worked closely with the territory's Council of Chiefs over the course of a year. The team autonomously produced unpublished data on the Pataxó struggle and created the map "Pataxó Self-Demarcation of the Barra Velha do Monte Pascoal Indigenous Land". Simultaneously, the Observatory popularised access to geo-referenced knowledge about the demarcation process and actively participated in various internal political debates. This paper demonstrates how engagement and participatory mapping practices have led to a deeper understanding of the construction of Pataxó territoriality.

**Keywords:** Territoriality, Self-demarcation, Participatory mapping, Geographic Information System, Pataxó.

## INTRODUÇÃO

Segundo Thomas H. Eriksen, a antropologia teria o potencial de mudar o mundo se sua voz alcançasse um público mais amplo e se as contribuições da disciplina para a compreensão dos

“outros” fizessem, de fato, parte dos debates políticos (Eriksen, 2006). Essa premissa, ainda que algo idealista, permeia o método de trabalho etnográfico realizado no âmbito da Antropologia Engajada, que busca equilibrar reflexividade crítica, compromisso ético e engajamento na construção dos trabalhos dentro da disciplina. Em abril de 2023, iniciei a realização de um projeto de Antropologia Engajada — com duração de um ano — financiado pela Fundação Wenner-Gren. A proposta foi construída em conjunto com os Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (TI BVMP) e, desde o seu início, esteve fortemente comprometida com o objetivo de fortalecer a autonomia territorial indígena. O problema da pesquisa dentro do projeto era compreender como os processos de territorialização (Almeida, 2008; Heasbert, 2004), presentes no transcurso da autodemarcação, mobilizam o potencial político da etnicidade Pataxó, visando a reconstrução e a recuperação histórica de seu território.

Os objetivos da pesquisa se colocavam em paralelo à consolidação de uma equipe de monitoramento territorial, dentro da qual, por meio da participação ativa da antropóloga, constituiu-se o espaço do trabalho de campo etnográfico. O ponto de partida para o planejamento dos trabalhos foi a crescente utilização da tecnologia de georreferenciamento por outros grupos de monitoramento indígena no Brasil e as consultas ao “Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas” (Cardoso Mota *et al.*, 2012). Os primeiros exemplos para o Observatório foram os trabalhos dos grupos de monitoramento territorial indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, do Vale do Javari, no Amazonas, e dos Guardiões da Floresta, no Maranhão.

Atualmente, diversas iniciativas — geralmente com a participação de ONGs e da cooperação internacional — colaboram para proporcionar maior acesso às tecnologias de monitoramento pelos povos indígenas. Essa tendência é particularmente visível na região Norte do Brasil, especialmente na proteção da Floresta Amazônica. Nessa região, os grupos de monitoramento indígena frequentemente têm acesso a drones, equipamentos de Sistema de Informação Geográfica (SIG)<sup>2</sup> e aplicativos de geolocalização que funcionam em celulares, inclusive em línguas indígenas. A popularização da internet via satélite possibilita a conectividade em qualquer parte da floresta, permitindo monitoramentos em tempo real. No caso dos Uru-Eu-Wau-Wau, por exemplo, a Esri — uma das principais empresas de tecnologia

---

<sup>2</sup>Ao longo do texto, estão sendo utilizados alguns conceitos da área de Geografia. Estes seriam: o georreferenciamento, entendido como a técnica de atribuir coordenadas geográficas a pontos, áreas ou objetos no espaço terrestre; os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que são ferramentas que integram dados georreferenciados para análise, visualização e gestão de informações espaciais; o sensoriamento remoto, que consiste na obtenção de informações sobre a superfície terrestre a partir de sensores instalados em satélites, drones ou aeronaves; a geomática, área que reúne métodos e tecnologias para a coleta, processamento e representação de dados espaciais; e a geolocalização, que se refere à identificação da posição de um objeto ou pessoa na superfície terrestre por meio de coordenadas geográficas.

SIG do mundo — desenvolveu aplicativos específicos para uso dos indígenas, mantendo uma parceria de apoio também com povos indígenas dos Estados Unidos e com a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA, em suas siglas em inglês)<sup>3</sup>.

Com isso, a ideia principal do projeto da Antropologia Engajada era construir o Observatório Pataxó do Território: uma equipe indígena independente, orientada pelo Conselho de Caciques do território, destinada ao monitoramento territorial. O Observatório teria à disposição equipamentos de georreferenciamento e sensoriamento remoto, além da oportunidade de aprender o uso de softwares de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e de elaborar mapas. A iniciativa era pioneira por projetar, pela primeira vez, a introdução de técnicas de georreferenciamento no território Pataxó, destinadas ao uso autônomo pelos próprios indígenas.

Entre a concepção e a realização do projeto, ocorreu uma mudança nas lideranças do Conselho de Caciques, o que trouxe uma nova configuração de poder interno à qual foi necessário ajustar a proposta inicial. As novas lideranças estavam fortemente comprometidas com a missão da autodemarcação da TI BVMP. Nesse contexto, grande parte dos trabalhos do Observatório foi dedicada a acompanhar o processo da autodemarcação, realizando mapeamentos participativos. A inovação metodológica consistiu na ausência de intermediação de técnicos externos à comunidade em todas as etapas de elaboração do mapa. No início do projeto, foram realizadas duas oficinas: uma sobre o uso de aparelhos de sensoriamento remoto e georreferenciamento, e outra sobre o manuseio de software SIG para mapeamento. A partir dessas oficinas, a equipe de monitoramento e a pesquisadora coletaram dados em campo e construíram um documento cartográfico inédito sobre a autodemarcação da TI BVMP. Paralelamente, o projeto do Observatório, ao utilizar ferramentas de georreferenciamento, contribuiu para a disseminação do conhecimento entre os indígenas sobre os limites administrativos impostos pelo Estado à demarcação do território.

A realização do projeto foi um mergulho nas profundezas dos conhecimentos tradicionais do povo Pataxó sobre seu território, resultando em um rico material etnográfico. Destaca-se aqui a evidência da violência, no sentido proposto por Michel Misso (2016), do esbulho territorial sofrido pelos Pataxó desde a década de 1940, especialmente com a instalação do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNMP) sobre suas terras. Como observa o autor, na modernidade houve uma ampliação do conceito de violência, que passou a incluir não apenas atos físicos, mas também formas simbólicas e estruturais — inclusive aquelas praticadas pelo próprio Estado para moldar a sociedade segundo sua ideologia (Misso, 2016). Nesse sentido, a violência estatal, ao decretar a criação do PNMP sobre um território indígena, pode ser pensada

---

3 National Aeronautics and Space Administration (NASA).

tanto nas categorias da repressão direta contra os Pataxó quanto na própria delimitação da área da unidade de conservação. Essa questão torna-se especialmente relevante para a análise dos processos de territorialização, nos quais uma lógica espacial alheia — marcada por limites cartográficos fixos — atua como forma de repressão à liberdade territorial indígena. Desde a criação do PNMP até a atual e inacabada demarcação da TI BVMP, a problemática dos limites atravessa os processos de territorialização protagonizados pelos Pataxó.

O presente trabalho tem como objetivo descrever o processo de construção do Observatório Pataxó do Território e os desafios enfrentados para a realização dessa proposta. Estes se manifestaram de diferentes formas, começando pela formação de uma equipe indígena de monitoramento, capacitada na leitura de mapas cartográficos e no uso das ferramentas SIG. Desde o primeiro momento, evidenciou-se a disparidade entre a visão espacial dos indígenas sobre o próprio território e a rigidez cartográfica dos limites estabelecidos pelo Estado. Nesse sentido, os mapeamentos participativos aconteciam de forma paralela a um levantamento realizado pelas lideranças Pataxó sobre a dimensão em campo do processo de demarcação da TI BVMP. Esse movimento impulsionou releituras dos conhecimentos tradicionais sobre o território e fomentou debates sobre as estratégias de luta, aos quais a pesquisadora teve acesso por meio de sua participação engajada junto à equipe de monitoramento. Como será demonstrado ao longo do texto, a proposta de se aproximar à autodemarcação por meio do uso das técnicas do SIG evidenciou também diversas tensões presentes nos processos de territorialização atuais, entendidos como a produção ativa dos espaços pelos Pataxó e como um transcurso de afirmação etnoidentitária e política.

## MAPAS, SIG E COMUNIDADES INDÍGENAS

No campo das relações políticas, os mapas se configuram como ferramentas de poder, legitimando domínios sobre áreas, estabelecendo fronteiras e dividindo o espaço. A colonização, nesse contexto, pode ser vista como um histórico de mapear para controlar, mapear para subjugar. Aproveitando os conhecimentos espaciais dos povos indígenas, os colonizadores em diferentes regiões do mundo foram criando mapas de seus domínios, geralmente esquecendo de sequer mencionar a existência dos primeiros habitantes. Estar no mapa é ser sujeito da história, ser representado como ator do processo, ter voz: a escolha sobre o que incluir na representação cartográfica é política. Fazer mapas exige conhecimento e tecnologia, e, tradicionalmente, o mapeamento estava reservado ao Estado e seus especialistas. Nas últimas décadas, essa tendência foi desafiada, mudando tanto a representatividade dos mapas quanto os atores envolvidos na sua

confecção.

A proposta dos atuais *mapeamentos participativos* é justamente romper com a lógica de domínio inscrita nos mapas tradicionais, invertendo a ordem de representação nesses documentos cartográficos. Por isso, muitos mapeamentos participativos estão comprometidos com ações políticas que visam intermediar situações de conflito, em defesa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Essa tendência começou na década de 1970, quando os chamados “mapeamentos comunitários” se integraram às estratégias de luta por direitos territoriais. Considera-se pioneiro nesse campo o trabalho realizado com os Inuits no Canadá, no estudo *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Acseldar; Coli, 2008). Nesse projeto, “[...] centenas de esquimós foram entrevistados no início dos anos 1970, resultando em mais de duzentos mapas de atividades sazonais de subsistência” (Acseldar; Coli, 2008, p. 16). Logo, essa experiência foi aproveitada em outras áreas do Canadá e Alasca, tornando essas regiões precursoras dos mapeamentos participativos ou *comunitários*.

Somente algumas décadas depois essas experiências foram replicadas em regiões tropicais da América do Sul, África e Ásia (Chapin; Lamb; Threlkeld, 2005). A partir dos anos 1990 e, mais visivelmente, dos anos 2000, surgiram no mundo diversas redes e grupos envolvidos no uso de SIG em mapeamentos participativos. Um importante incentivo para essa nova cartografia foi o avanço da tecnologia, tornando o mapeamento mais acessível a uma parcela maior da sociedade. Em contextos onde há disputas pelo acesso a recursos naturais, os mapeamentos participativos se engajaram em lutas em várias partes do globo:

Na Ásia, mapeamentos participativos com povos indígenas foram desenvolvidos na Indonésia, nas Filipinas, na China, na Índia, no Nepal, na Tailândia, no Camboja e no Vietnã. Na Oceania foram realizados na Austrália e na Nova Zelândia. Na África, mapeamentos desse tipo ocorreram no Quênia, em Camarões, em Gana, na África do Sul, no Congo e na Tanzânia. Na América Central, os países que têm experiências com mapeamento indígena são: Belize, Nicarágua, Honduras e Panamá. Na América do Norte: Estados Unidos, Alaska e Canadá. Na América do Sul: Venezuela, Suriname, Equador, Colômbia, Bolívia, Peru e Brasil. (Chapin; Lamb; Threlkeld, 2005, p. 626).

No Brasil, um levantamento de 2008 citado por Acselrad e Coli (2008) identificou 118 experiências de mapeamento participativo com povos indígenas, quilombolas, pequenos produtores, extrativistas e associações de moradores urbanos:

Três experiências originais, em certa medida ‘paradigmáticas’ e, no Brasil, inaugurais, são destacadas a seguir: os mapeamentos que precederam e deram base à instituição formal da figura das reservas extrativistas; o conjunto de iniciativas conhecidas como ‘Guerra dos Mapas’, cujo pressuposto fundamental foi o de contribuir para a afirmação territorial de grupos sociais atingidos pelo Projeto Grande Carajás; e o Projeto Mamirauá, calcado em um envolvimento das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para fins de manejo e preservação da biodiversidade. (Acselrad; Coli, 2008, p. 26).

Deveríamos acrescentar a essa lista o importante Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), uma iniciativa pioneira e interdisciplinar que busca mapear e documentar os territórios e conhecimentos de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, além de outras regiões do Brasil, por meio de mapeamentos participativos e do uso da tecnologia SIG, contribuindo para a luta pelos direitos territoriais. Logo, segundo Correia, no caso brasileiro, os mapeamentos que envolvem populações locais recebem terminologias específicas, que às vezes diferem das usadas internacionalmente. Entre elas estão:

[...] ‘levantamentos etnoecológicos’, ‘mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas’, ‘mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território’, ‘mapeamento comunitário participativo’, ‘mapeamentos culturais’, ‘macrozoneamento participativo’, ‘etnozoneamento’, ‘etnomapeamento’, ‘diagnóstico etnoambiental’ e ‘cartografia social’, entre outros. Variações estratégicas e metodológicas subjazem, é claro, a todas essas terminologias. (Correia, 2007, p. 52).

O aumento das práticas de mapeamento participativo em contextos de lutas sociais acompanhou o debate dentro da cartografia sobre o caráter político dos mapas como representações do espaço: os mapas não são documentos neutros, mas profundamente inseridos nas relações de poder. A *cartografia crítica*, surgida desses questionamentos, propõe o conceito de *contra-mapeamento* para denominar os mapeamentos que desafiam narrativas estabelecidas sobre o espaço, especialmente no contexto do poder estatal e do capital (Peluso, 1995; Herlihy; Knapp, 2003). A diferença entre contra-mapeamento e mapeamento participativo é que, enquanto ambos utilizam métodos participativos, o primeiro se compromete com um engajamento político desde a sua concepção. Nesse sentido, conceitos como Sistema de Informação Geográfica Participativo (PGIS) e SIG Público Participativo (PPGIS) também promovem o uso do SIG em benefício das comunidades envolvidas nos mapeamentos.

A popularização das práticas de mapeamento participativo entre povos indígenas ocorre paralelamente à maior acessibilidade às tecnologias de geomática, sensoriamento remoto e softwares SIG entre os não especialistas. Nesse contexto, a ideia da *fronteira digital* torna-se relevante:

A fronteira digital consiste em uma defasagem/disparidade entre grupos sociais diferenciados por raça, idade, localização e educação. Ou seja, esses grupos sofrem de uma defasagem (às vezes de grande amplitude) a cada vez que uma tecnologia é adotada. Assim, a fronteira não é apenas um problema de provisão de uma tecnologia em particular [...], por mais valiosas que sejam, mas de disparidades já existentes no acesso à tecnologia. (Crampton; Krygier, 2008, p. 94).

A partir dos anos 1990, e mais intensamente nas primeiras décadas dos anos 2000, essas tecnologias começaram a ser introduzidas entre populações indígenas com o objetivo de monitoramento e gestão territorial. Nos Estados Unidos, “[...] muitos povos indígenas foram

treinados e equipados para utilizar SIG, GPS e sensoriamento remoto. Tanto que, em 1993, foi fundado o Conselho SIG Intertribal, assistido pela NASA e outras instituições” (Chapin; Lamb; Threlkeld, 2005, p. 621). No Brasil, observam-se capacitações semelhantes, especialmente entre os povos indígenas da Amazônia, que utilizam essas ferramentas tecnológicas em suas estruturas de proteção territorial.

## O TERRITÓRIO PATAXÓ NOS MAPAS

Como já mencionado, o fato de um mapeamento ser participativo não garante, por si só, seu engajamento com o movimento de ação política em favor dos grupos indígenas, podendo ter outras finalidades. “Desde a época de Cortés, a população indígena tem compartilhado seu conhecimento espacial para ajudar conquistadores, exploradores e pesquisadores a desenhar mapas de suas terras” (Herlihy; Knapp, 2003, p. 303). O início das relações entre o Estado e os Pataxó, após um longo período de relativo isolamento dos indígenas (Carvalho, 2009), ocorre no contexto dos mapeamentos/levantamentos topográficos para a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) nos anos 1940. A região do Monte Pascoal, no sul da Bahia, foi indicada naquela época como o local do “descobrimento do Brasil”, e o governo de Getúlio Vargas determinou a criação do parque, considerando-o um monumento nacional. Uma equipe liderada pelo engenheiro conhecido como Dr. Barros foi enviada à região com o objetivo de realizar as medições da área para a futura unidade de conservação. Nesse contexto, Dr. Barros envolveu os indígenas nos trabalhos, convencendo os Pataxó de que estariam delimitando seu próprio território. No entanto, ao final das atividades, os Pataxó descobriram que não poderiam mais morar nem usufruir da terra que ajudaram a delimitar, pois ela se tornaria uma unidade de conservação.

Esse evento, promovido durante o trabalho da equipe do Dr. Barros, pode ser considerado o primeiro mapeamento participativo dos Pataxó, no qual técnicos não indígenas utilizaram o conhecimento espacial dos indígenas para realizar levantamentos topográficos. Esses trabalhos constituem provavelmente o registro mais antigo — e único — de um mapa mental do território Pataxó, produzido antes de suas terras estarem ameaçadas, e costumam ser chamados pelos próprios Pataxó de “medição do Dr. Barros” (Carvalho, 2009, p. 509) ou “alinhamento de 1943” (denominação que presenciei com maior frequência atualmente em campo). Seus efeitos estão presentes tanto nos marcos físicos utilizados para a demarcação do Parque (Carvalho, 2009), quanto nos imaginários sobre a territorialidade Pataxó, resultando em um contra-mapeamento “espontâneo” ou “não intencional” naquele momento. Os Pataxó ressignificaram a situação de

ameaça ao território, surgida no contexto da delimitação da unidade de conservação, e atribuíram sua própria interpretação aos trabalhos do Dr. Barros, segundo a qual a equipe técnica teria, de fato, delimitado o território indígena na década de 1940. Até os dias atuais, a maioria dos Pataxó comprehende as dimensões de seu território referindo-se aos “marcos de 1943” e interpreta essa demarcação como um ato autônomo, desvinculado da criação do PNMP.

Carvalho (2009) destaca a criação do PNMP como um marco no processo de etnogênese dos Pataxó, momento em que se consolidam enquanto sujeitos de direitos e como um grupo étnico diferenciado. Essa nova identidade etnopolítica dos Pataxó terá na luta pelo território em torno do Monte Pascoal seu principal eixo:

Entre os Pataxó, o evento crítico referido, ao tempo em que buscaram destituí-los dos seus direitos históricos de habitantes tradicionais do entorno do Monte Pascoal, despertou-os, quase literalmente, para a consciência de que constituíam uma pequena parte de uma totalidade maior. Nesse sentido, esse evento equivale à sua própria gênese como comunidade política, fomentadora de uma identidade exclusiva e detentora do direito resultante da sua pré existência no território, à criação do PNMP (Carvalho, 2009, p. 509).

A amargura dos Pataxó diante da realidade pós-“medição do Dr. Barros” e da proibição do uso de seu território levou os indígenas a empreender uma heroica viagem à então capital, Rio de Janeiro, até a sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Capitão Honório, chefe dos Pataxó, caminhou seguindo a linha do telégrafo desde o sul da Bahia, levando a seguinte carta às autoridades:

Do capitão Onoro para os pobres Chefe da ardea de indio de Belo Jardim Monte pasqual. Manda pedir roupa para minhas crianças e pessoal feramenta para o meu trabalho faso um pedido que não deixe de atender. Peso o favor de não deixar o pessoal da India tomar minhas terras eles tan tanto para panhar, Ardea dos Indios de Belo Jardim Monte Pascual que fica acima de porto Seguro na Bahia (SPI, 1949, *apud* Carvalho, 2009, p. 512).

Em 1949, o Capitão Honório já traçava o caminho em direção às autoridades e instituições do Estado, que seria seguido pelas lideranças Pataxó até os dias atuais, na busca pela reparação pela perda de seu território em torno do Monte Pascoal.

Em resposta ao pedido de Capitão Honório, em 1951, dois indivíduos, encontrados pelo capitão no Rio de Janeiro, chegaram à aldeia Barra Velha com a intenção de demarcar as terras dos Pataxó. Podemos entender esse evento como a segunda aproximação dos indígenas com práticas de mapeamento, medição e delimitação de terra, ainda mais desastrosas em seus efeitos:

Os momentos de dispersão e violência também foram uma constante na história dos Pataxó, o mais presente na memória do grupo, aconteceu em 1951, quando dois

homens chegaram à aldeia logo após o retorno do Capitão Honoro Borges (cacique) do Rio de Janeiro, dizendo que iriam demarcar as terras reivindicadas pelos índios, mas acabaram por envolvê-los num grande conflito com regionais e as polícias de Porto Seguro e Prado. [...] Esse conflito ficou conhecido nacionalmente como ‘A Revolta dos Caboclos de Porto Seguro’ e para os Pataxó como ‘Fogo de 51’ ou ‘Guerra de 51’. [...] O fato é que com a dispersão dos Pataxó, após o conflito de 1951, várias unidades foram quebradas, e várias famílias desmembradas (Fundação Nacional do Índio, 2008, p. 3).

O evento conhecido como “Fogo 51” marca a diáspora do povo Pataxó, cujo trauma coletivo ainda persiste no imaginário desse povo. Os Pataxó começaram a retornar a Barra Velha somente na década de 1960, enfrentando severas restrições territoriais impostas pelos guardas florestais do Parque. O PNMP foi decretado em 1961, abrangendo o Monte Pascoal, mas com uma área menor do que aquela definida nos trabalhos de Dr. Barros<sup>4</sup>.

No sombrio cenário das décadas de convivência dos Pataxó com as regras da unidade de conservação, em que continuaram a lutar pelo retorno ao seu território, um novo ator entrou em cena nos anos 1970: o grupo que mais tarde consolidaria o Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB). Este núcleo foi formado pelo antropólogo e pesquisador Pedro Agostinho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e seus alunos, incluindo a futura professora Maria Rosário de Carvalho. No contexto das pesquisas conduzidas por Agostinho, o Departamento de Etnologia e Antropologia da UFBA e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estabeleceram um convênio para definir o espaço da Reserva Pataxó. Com base em seus levantamentos e pesquisas junto aos Pataxó, Agostinho propôs uma equação matemática para definir e defender as necessidades territoriais dos indígenas (Agostinho, 1980).

Contudo, a FUNAI rompeu o convênio com os antropólogos sem motivo claro e negociou uma outra demarcação diretamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão conservacionista que na época administrava o PNMP<sup>5</sup>. Nesse contexto, o Parque “cedeu” uma área para os indígenas, sem consultá-los, destinando-lhes apenas terras arenosas, inadequadas para a agricultura, sem manguezais e sem acesso à mata densa. Dessa forma, foi demarcada e homologada, entre os anos 1980 e 1991, a Terra Indígena Barra Velha, abrangendo pouco menos de 9.000 hectares<sup>6</sup>. O resultado da demarcação, sem ouvir as demandas dos Pataxó,

<sup>4</sup> Decreto presidencial nº 242 de 29 de novembro de 1961 que criou o Parque Nacional do Monte Pascoal com a área de 22.500 hectares.

<sup>5</sup> A gestão da unidade de conservação em torno do Monte Pascoal, inicialmente chamada de Parque Nacional do Monte Pascoal e atualmente conhecida como Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, passou por administrações de três diferentes instituições do Estado. Em ordem cronológica, essas instituições foram: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

<sup>6</sup> Terra Indígena Barra velha foi homologada pelo Decreto nº 396 de 24 de dezembro de 1991) da Presidência da República, com total área de 8.627 hectares.

deixou-os desiludidos e com um profundo sentimento de injustiça. Parte das lideranças temia reivindicar a revisão desses limites, lembrando o trágico desfecho do “Fogo de 51”. Enquanto isso, outra parte dos Pataxó começou a se organizar e a articular o movimento de luta por uma nova demarcação, junto com aliados indígenas e indigenistas.

## A RECONQUISTA DO MONTE PASCOAL

A partir da segunda metade da década de 1990, os Pataxó começaram a reivindicar a ampliação da Terra Indígena (TI) Barra Velha. Em 1997, iniciaram também as retomadas das áreas próximas ao Monte Pascoal, chegando, em 1999, a ocupar o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP). Na véspera das celebrações nacionais dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, os Pataxó expulsaram os funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e tomaram posse da área do Parque, trazendo grande entusiasmo para seu processo de luta. Essa primeira onda de retomadas continuou até o início da década de 2000, resultando na fundação de novas aldeias nas áreas recuperadas, dentro e nas proximidades do Parque. A movimentação terminou, porém, com um novo acordo de gestão compartilhada entre as lideranças Pataxó e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), restituindo, em certo sentido, aos indígenas a supervisão da unidade de conservação, agora sob o nome de Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNHMP). Por outro lado, a criminalização das lideranças que encabeçaram as ações das retomadas desarticulou o movimento, que acabou recuando. No entanto, várias novas aldeias foram permanentemente incorporadas ao contexto do parque, como a aldeia Pé do Monte, e outras permaneceram nas regiões adjacentes, como Guaxuma ou Corumbauzinho.

No início dos anos 2000, a FUNAI, pressionada para revisar os limites da TI Barra Velha pelo movimento indígena e indigenista, finalmente formou o Grupo de Trabalho (GT) com esse objetivo. A elaboração do laudo antropológico foi assumida por Maria Rosário de Carvalho, que, na época, já tinha vasta experiência com os Pataxó. Maria Rosário de Carvalho, ou ‘Rosário’, como é chamada pelos indígenas, conheceu Barra Velha com Pedro Agostinho ainda nos anos 1970. Junto com lideranças como Joel Braz e Mané Santana, Carvalho realizou um abrangente levantamento etnográfico sobre a territorialidade pataxó. Os Pataxó, confiantes no trabalho da antropóloga, guiavam-na pela “medição do Doutor Barros”, para mostrar seu território. Carvalho (2009) descreve, em seu artigo *O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico*, a viagem em busca dos marcos físicos do chamado também “alinhamento 1943”. Acompanhada pelos Pataxó e pelo agrimensor da FUNAI, a autora

testemunhou, ainda em 2001, a permanência dos restos materiais da medição feita na década dos anos 40 do século passado (Carvalho, 2009). A excepcionalidade da continuidade desses marcos físicos do mapa mental, deixado pelos antepassados, define toda a especificidade da construção da territorialidade étnica dos Pataxó de Barra Velha.

Os trabalhos do GT da FUNAI, liderados por Carvalho, introduziram no discurso dos Pataxó o termo “alinhamento da Rosário”, que corresponderia a uma versão erudita das demandas territoriais pataxó, baseada na “medição do Dr. Barros”. Segundo os indígenas, foi elaborado um mapa a partir desses dados, chamado por eles de “mapa da Rosário”. Durante conversas com as lideranças Pataxó, explicaram-me que a FUNAI tem acesso a esse mapa, mas o mantém oculto deles. Ao longo do período dos meus trabalhos de mapeamento na TI BVMP, procurei esse documento em várias fontes, porém sem sucesso. Talvez o chamado “mapa da Rosário” nunca tenha sido de fato consolidado como um trabalho cartográfico institucional, limitando-se ao exaustivo levantamento etnográfico com essa finalidade. Essa hipótese pode ser sustentada pelo fato de que os trabalhos do GT passaram a ser coordenados depois por outra antropóloga, que concluiu o estudo para a elaboração do laudo. A revisão dos limites da TI Barra Velha pela GT da FUNAI, resultou na publicação no Diário Oficial da União do Despacho nº 4 de 27 de fevereiro de 2008, ordenando a demarcação da nova TI Barra Velha do Monte Pascoal, com 52.784 hectares.

Não há dúvida sobre a familiaridade da nova antropóloga que assumiu os trabalhos junto a GT da FUNAI – Leila Silvia Burger Sotto-Maior – com a “medição do Dr. Barros”, uma vez que ela mesma menciona esse evento no *Relatório Circunstanciado* (Fundação Nacional do Índio, 2008). No entanto, as constatações feitas ao longo de seu trabalho de campo a convenceram a defender outra linha como limite da nova TI, a qual, em parte, diverge do “alinhamento de 1943”, mas em parte o acompanha. Além dos antigos marcos da época do Dr. Barros, a antropóloga utilizou os mapas desenhados por Mané Santana, a mesma liderança que acompanhou Carvalho em seus trabalhos, para aprimorar seu entendimento sobre o território. Os mapas criados pelos Pataxó, não seguem a lógica da cartografia oficial. No entanto, são documentos preciosos no contexto dessa apropriação da ferramenta de mapeamento pelos Pataxó, visando à luta pela preservação de seu território. Ao mesmo tempo, esses mapas são um repositório de conhecimento sobre a territorialidade, trazendo para o desenho o mapa mental que os indígenas transmitem de geração em geração. Junto com os marcos do “alinhamento de 1943”, esses mapas servem como a referência mais fiel sobre o território para os Pataxó.

A divergência entre o “mapa mental” do território dos Pataxó e a delimitação da TI BVMP, acatada pela FUNAI, levou os indígenas a nomear essa linha como “alinhamento da Leila”, em referência à antropóloga Leila Silvia Burger Sotto-Maior. Mais uma vez, a confiança no Estado foi abalada, já que o processo administrativo de demarcação, iniciado em 2008, ainda

não foi concluído. A lentidão do trâmite expressa a estratégia estatal de adiar o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Em 2014, os Pataxó retomaram fazendas sobrepostas ao seu território, enfrentando reintegrações violentas com participação da polícia e do Exército, o que resultou na criminalização de suas lideranças. Embora não haja hoje impedimentos legais, o processo segue parado, aguardando apenas a emissão da Carta Declaratória pelo Ministério da Justiça. Diante disso, os Pataxó iniciaram nova série de retomadas em 2022, batizando o movimento de autodemarcação da TI Barra Velha do Monte Pascoal. Foi nesse contexto político que realizamos os mapeamentos entre 2023 e 2024, no âmbito do projeto do Observatório do Território.

## A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO

No contexto da autodemarcação, o território tornou-se palco de conflitos com grupos contrários aos direitos territoriais Pataxó, principalmente fazendeiros que mantinham propriedades sobrepostas à TI. O projeto do Observatório teve que se adaptar a essa situação, respeitando códigos específicos quanto à entrada e permanência no território. Báez Casillas e Paz de Pena (2020) indicam que, em um trabalho ou pesquisa em situação de conflito, é necessário ter um colaborador – uma pessoa do grupo que deposite sua confiança no etnógrafo – para permitir que o pesquisador comece a transitar por essas realidades e demonstre suas intenções sempre que necessário. Dado que o medo e a suspeita são componentes fundamentais e crônicos da memória e da interação social nessas regiões, a presença de estranhos já é, por si só, problemática (Ferrández, 2011). Nesse sentido, a participação do antropólogo só será admitida à medida que este se torne útil para o grupo, o que implica em um posicionamento claro no contexto do conflito. O trabalho de campo configura-se, assim, como fruto de negociações complexas, entre expectativas e intenções de uso recíproco (Ferrández, 2011).

Esse colaborador foi, no caso do Observatório, uma liderança do Conselho de Caciques: o cacique Naô Xohã. Cheguei à sua casa acompanhada por uma grande amiga Pataxó, guerreira de mais de setenta anos e amplamente respeitada no território. No caminho, cruzamos um labirinto de fazendas retomadas desde 2022, marcadas por faixas com mensagens como “Pataxó na luta pelo território de origem” e “TI Barra Velha. Autodemarcação já”. Após alguns desvios, chegamos à sede desativada de uma das fazendas, atual morada do líder. Apresentei novamente a proposta do Observatório, em um contexto informal. Naô Xohã demonstrou interesse pelo drone previsto no projeto, acompanhado de um curso de uso — uma tecnologia que os Pataxó já buscavam incorporar há tempos em sua luta territorial. Ao mencionar minha vinculação

à Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ), conquistei maior confiança, dado o reconhecimento da entidade entre os Pataxó. A presença da minha companheira, veterana na luta pelo território, também contribuiu para que o cacique aprovasse a proposta de criação do Observatório.

Com essa aceitação inicial, comecei a organizar a primeira oficina: uso de drones e GPS. Entreguei às lideranças próximas a mim a responsabilidade de indicar dois jovens para o curso e para as atividades do Observatório. Informei que o trabalho, além do aprendizado, oferecia uma remuneração e exigia comprometimento dos participantes. A oficina de drones deu grande visibilidade ao projeto dentro do território e atraiu até a visita do novo presidente do Conselho de Caciques, que antes era um pouco desconfiado em relação ao trabalho. No entanto, a segunda parte da oficina, que abordava o uso de GPS e noções básicas de mapas, foi menos popular. Comparado à espetacularidade das imagens aéreas do drone, um aparelho que parecia um celular antigo não chamava tanta atenção. Realizamos trilhas, marcando pontos, registrando trajetos e calculando áreas. Em uma dessas caminhadas, entramos na antiga sede da administração do parque, chamada Céu Azul, que estava abandonada. O casarão, construído em madeira de lei, lembrava um chalé nos Alpes e abrigava antigos quadros educativos cobertos de poeira, como “peixes esportivos”, “espécies em extinção” e “caminhoneiro, você pode perder seu caminhão transportando madeira ilegal”. Entre esses objetos, encontramos um mapa da região dos anos 1970.

Levamos o mapa para fora, limpamos e nos sentamos ao seu redor: os dois jovens, Niog e Tarakwaté Pataxó, o instrutor do curso, a quem eles chamavam de “profe”, e eu. Começamos a leitura do mapa, e esse foi um momento importante para eu entender o nível de familiaridade dos indígenas com a cartografia e seus conceitos. Os dois guerreiros tinham ensino médio, noções de informática, usavam celulares e redes sociais diariamente. Não tiveram dificuldades em aprender a usar o drone ou o GPS ao longo da oficina, e nosso aprendizado era paralelo nesse sentido: eu me capacitava junto com eles. A complicação surgiu ao nos aproximarmos da forma como as informações geográficas estavam representadas no mapa. Tivemos que revisar conceitos básicos, como a direção do norte, a lógica da legenda, as curvas de nível e a escala, além de discutir a altura em relação ao nível do mar. Assim equipados, partimos para uma questão mais complexa: as coordenadas geográficas, essa grade de números estranhos que serve como base para o desenho do mapa. O “profe” explicou que as coordenadas geográficas eram universais em todos os mapas do mundo. Verificamos nossas coordenadas na porta de Céu Azul com o GPS e elas eram as mesmas do mapa dos anos 1970, há muito esquecido dentro do casarão.

A questão da fronteira digital foi acentuada durante nossa oficina de GPS, onde ficou evidente a necessidade de compartilhar um conjunto de códigos e lógicas para acessar plenamente

as capacidades das tecnologias de geoprocessamento. Nesse contexto, a próxima oficina – uso de software SIG para mapeamento – precisaria de um especialista com sensibilidade para o contexto do trabalho. Esse especialista foi Bruno, um jovem quilombola que cursava o último ano da Faculdade de Geografia e “participava da luta pela terra desde o ventre de sua mãe” (Bruno, 2023). Ele cresceu acompanhando os mapeamentos participativos realizados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>7</sup>, parceiros na luta pelos direitos de seu povo. A partir dessa experiência, Bruno desenvolveu grande fascínio pelos mapas, considerando os ferramentas poderosas na luta pela preservação e reconhecimento dos territórios. Desde pequeno, ouvia seu avô dizer que quem fazia na verdade os mapas eram técnicos de fora, não a comunidade. Isso o motivou a se tornar geógrafo e confeccionar os mapas sendo quilombola. Com essa bagagem, Bruno aceitou o convite para ministrar as oficinas do Observatório com grande entusiasmo. Ele queria compartilhar seu conhecimento com os jovens guerreiros Pataxó, seus irmãos na luta pelo território.

O software SIG que utilizamos no Observatório foi o QGIS, por ser um programa de código aberto, sem custos de licença. As oficinas ocorreram na casa do cacique Naô Xohã, que oferecia espaço adequado e uma boa conexão à internet. Participaram os dois jovens da equipe do Observatório e eu, sendo que a liderança demonstrou grande interesse, acompanhando boa parte das atividades. Bruno, começou com uma introdução sobre a representatividade indígena nos mapas, historicamente e nos dias atuais. Ele mostrou exemplos de mapas usados como argumentos em reivindicações territoriais e explicou por que é tão importante que os movimentos de luta aprendam a confeccionar esses documentos cartográficos. Em seguida, partimos para a parte técnica, aprendendo as primeiras ferramentas do QGIS e acessando bancos de dados cartográficos. Nossa principal dado era o mapa da TI BVMP, que, com a ajuda de Bruno, baixamos do site da FUNAI e sobrepusemos à imagem de satélite. Naô Xohã, ao se sentar conosco, admitiu que viu pela primeira vez, com tanta nitidez, os limites da demarcação não concluída pela qual lutava com seu povo. Ao final da oficina, ele trouxe um mapa impresso da FUNAI e confessou que nem ele, nem a maioria dos indígenas, conseguiam interpretá-lo corretamente.

## MAPEAR A AUTODEMARCAÇÃO

Durante a reunião do Conselho de Caciques, realizada em agosto de 2023, data das

---

<sup>7</sup> Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, disponível em <http://novacartografiocial.com.br/>. Ver página 5 do presente trabalho.

celebrações anuais da retomada do Parque, foi apresentado ao público, elaborado por esse grupo de lideranças, o novo *Regimento Interno de Gestão e Ocupação Territorial – Termo de Compromisso e Responsabilidade* (2023)<sup>8</sup>. Nesse documento, as lideranças do território pataxó manifestaram grande preocupação com o andamento do processo de autodemarcação, levantando diversas questões urgentes: a distribuição das áreas entre as famílias e lideranças indígenas, a importância de preservar a exclusividade do usufruto do território pelos Pataxó, e a necessidade de melhorias na organização e gestão das áreas retomadas. Entre as estratégias propostas para enfrentar essas situações, destacou-se a necessidade de realizar mapeamentos para: “divisão territorial”, “mapeamento das áreas de ocupação” e “planos de gestão das áreas” (Conselho de Caciques Pataxó de Porto Seguro, 2023). Além disso, o artigo 29 desse *Regimento* sugere “[...] a articulação com os órgãos e instituições do Estado e da União, para o mapeamento e georreferenciamento das áreas de ocupação indígena” (Conselho de Caciques Pataxó de Porto Seguro, 2023, p. 8). Essa reunião ocorreu um mês antes da oficina do Observatório sobre o uso do software QGIS e acabou orientando nossos mapeamentos, em diálogo constante com o Conselho de Caciques. A criação de um mapa da autodemarcação consolidou-se como o principal objetivo dos trabalhos do Observatório, que também visava a formação de uma equipe indígena capacitada a utilizar as técnicas de georreferenciamento e os sistemas SIG.

Organizamos os trabalhos de mapeamento da autodemarcação da TI BVMP ao longo de 16 semanas, divididas em blocos de duas ou três semanas de atividade, intercaladas com descansos de igual duração. Como coordenadora do projeto, eu entrava em contato com as lideranças das ocupações onde pretendíamos realizar os mapeamentos. Nos casos em que não tinha familiaridade suficiente para agendar nossa visita, pedia a alguma liderança mais próxima que fizesse esse primeiro contato. Ao chegar ao local com a equipe do Observatório, procurávamos a liderança, que muitas vezes indicava outra pessoa da comunidade para acompanhá-lo nas atividades. Aproveitando os ensinamentos da capacitação em QGIS com o Bruno, desenvolvemos um modelo de trabalho: com o notebook aberto no QGIS, um dos monitores exibia a imagem de satélite, com o limite da TI Barra Velha do Monte Pascoal, que havíamos baixado previamente do site da FUNAI. No mapa, também havia outras referências, como estradas, rios e os dados dos trabalhos realizados em áreas já mapeadas do território. Os monitores explicavam que, observando a imagem de satélite, íamos desenhar o alcance da autodemarcação, situando também a liderança sobre o ponto de partida na imagem. A tecnologia de satélite foi uma ferramenta essencial para esse tipo de trabalho, pois permitiu identificar muitos detalhes do terreno, facilitando o entendimento da situação em campo. Caso houvesse dúvidas sobre a localização de pontos importantes, íamos de carro até o local, utilizando o GPS

---

<sup>8</sup> Documento não publicado, ao qual tivemos acesso no decorrer do trabalho.

para maior precisão. Em seguida, integrávamos os dados ao mapa.

As outras informações que coletávamos nos nossos trabalhos eram os nomes das *sedes* a das *bases*, como chamam os Pataxó os núcleos nas áreas de autodemarcação. Só algumas chamavam-se aldeias, a maioria constitua-se como *ampliações* das aldeias já existentes. Colocávamos também os nomes costumeiros dos lugares, travessias, caminhos, sítios, tanto como os nomes coloquiais (e não os oficiais, que figuram nos cadastros) das fazendas ainda não recuperadas pelos Pataxó. Durante todas as viagens de carro, o aparelho de GPS estava ligado, e com isso conseguimos reconstruir no mapa a rede de caminhos internos nas áreas de autodemarcação. Nos momentos fora do campo, junto com os monitores, copiávamos por cima do satélite o restante dos rios e dos caminhos, ou qualquer outro tipo de informação que achávamos importante. Uma imagem impressionante olhando o satélite davam as extensas áreas de eucalipto dentro do território, e decidimos que o mosaico das plantações também deveria aparecer no mapa. Em todos esses trabalhos, o conhecimento do território dos monitores era bem essencial e alguém alheio a esse contexto, mesmo dispondo dos melhores equipamentos técnicos, dificilmente ia conseguir o resultado parecido. Outra questão era a comunicação nos locais do trabalho com as lideranças das retomadas sobre a localização dos pontos relevantes para o nosso trabalho. A linguagem utilizada pelos Pataxó para a narração sobre o espaço é bem específica, e nas vezes que tentei substituir os monitores nessa parte do trabalho, não alcancei os mesmos resultados.

Logo no início dos mapeamentos nas áreas da autodemarcação, fomos convidados, juntamente com a equipe do Observatório, para uma reunião do Conselho de Caciques, na qual pudemos esclarecer os objetivos que pretendíamos desenvolver. O Cacique Naô Xohã expressou sua confiança no alinhamento dos propósitos do Observatório com os interesses do território, o que facilitou bastante a abertura das demais lideranças conosco. A problemática do processo de autodemarcação dominou a reunião, durante a qual um oficial de justiça chegou para entregar várias páginas referentes a inúmeros processos de reintegração de posse contra os indígenas. Nesse contexto, surgiu a questão de ajustar as ocupações aos limites da TI BVMP, aspecto essencial para garantir o apoio legal às áreas retomadas. Nem as lideranças presentes, nem os representantes da FUNAI conseguiram definir com precisão essa situação. Enfatizamos que poderíamos verificar essa questão no computador do Observatório e convidamos as lideranças interessadas a se aproximarem após a reunião. Houve até uma pequena fila para a consulta, e os monitores do Observatório, juntamente comigo, revisaram as questões uma por uma. Essa oportunidade deu mais visibilidade ao Observatório, gerando maior confiança entre vários caciques e cacicas em relação ao nosso trabalho.

A falta de clareza em relação às referências espaciais da TI Barra Velha do Monte Pascoal chamava minha atenção desde o início dos trabalhos do Observatório. As lideranças sabiam

exatamente a quantidade de hectares a serem demarcados, sendo esse número frequentemente mencionado nos discursos da luta pelo território: 52.748 hectares. No entanto, não tinham precisão quanto à localização exata dos limites dessa área, que eles chamavam de “alinhamento da Leila”. Nesse contexto, o Observatório identificou situações em que os próprios fazendeiros se aproveitavam desse desconhecimento para prejudicar os indígenas. Os produtores rurais, cujos empreendimentos se sobreponham à TI BVMP, conseguiam convencer os Pataxó sobre outra localização da linha demarcatória, preservando assim suas propriedades das ocupações. A situação se complicava ainda mais pela crença de que existiria um outro mapa, supostamente nas mãos do Estado, que corresponderia ao “alinhamento da Rosário”. A pouca familiaridade com o funcionamento do processo administrativo de demarcação fazia com que os indígenas não percebessem, de forma clara, a validade única, perante o Estado, do mapa reconhecido pela FUNAI. Em inúmeras ocasiões, fomos questionados pelas lideranças sobre nossa “escolha” do “alinhamento da Leila” para os trabalhos de mapeamento.

Essa questão também possui uma dimensão política interna na organização da luta pelo território, onde podemos observar duas vertentes que, em parte, se entrelaçam. A primeira está relacionada ao conhecimento tradicional Pataxó sobre sua abrangência territorial, marcado pelo contra-mapeamento expresso na medição do Dr. Barros. A construção discursiva dessa linha exige fidelidade ao “alinhamento de 1943” no processo de autodemarcação, sendo esse o “verdadeiro referencial territorial” para os Pataxó. Nesse contexto, o trabalho da antropóloga Maria Rosário de Carvalho, e seu “alinhamento”, é visto como a comprovação da existência de uma versão “letrada” desse conhecimento. A segunda vertente, também reconhecendo as mesmas tradições e ideais ligados à construção da territorialidade Pataxó a partir dos mapeamentos realizados nos anos 1940, propõe como mais estratégico, no momento, seguir nas ocupações a linha demarcatória reconhecida pelo Estado. O debate sobre até que ponto os Pataxó devem respeitar os limites administrativos da demarcação em seu processo autônomo de autodemarcação é a principal pauta da política interna no território. Os trabalhos do Observatório, sem a intenção deliberada de provocar esse resultado, acabaram se aproximando dessa discussão.

Contudo, a parte mais sensível dos trabalhos era aquela onde eu precisava explicar porque utilizamos o “alinhamento da Leila” para os mapeamentos, e não o “alinhamento da Rosário” ou o “alinhamento de 1943”. Mesmo quando conseguia argumentar sobre qual oportuno era ter os conhecimentos certos sobre o processo legal da demarcação da TI BVMP, enfrentava a desconfiança de querer convencer sobre a invalidade da delimitação surgida a partir dos trabalhos dos Pataxó junto ao Dr. Barros. Eu mesma, na verdade, estava me perguntando se com o meu trabalho não estava interferindo num assunto tão importante como a consciência territorial, que até agora garantiu a continuidade do movimento da luta. Ao mesmo tempo, sabia que ao menos conhecer a linha demarcatória oficial da TI BVMP podia preservar os

indígenas de ainda mais violência e dar um respaldo legal ao seu processo de retomada do território. Foram várias as conversas das que acabei participando ao longo do trabalho junto ao Observatório em torno dessa temática. Os Pataxó com a mesma determinação defendiam o processo da demarcação da TI BVMP, como rechaçavam o formato do território reconhecido pelo Estado.

Com o tempo, nós como Observatório conseguimos converter arquivo com os limites territoriais da TI BVMP, compatível com o software SIG, para um formato utilizável no popular aplicativo Google Earth. Foi uma verdadeira revolução: a questão dos limites, que até então era difícil de provar para os Pataxó, agora estava acessível a qualquer momento na tela do celular, sem a necessidade de consultas externas. A partir disso, nós, do Observatório, ensinávamos às pessoas interessadas nas áreas da autodemarcação a utilizar essa ferramenta, democratizando o acesso às técnicas de georreferenciamento. Os Pataxó, em seu processo de autodemarcação, já estavam habituados a consultar imagens de satélite em seus celulares e, agora, podiam também verificar os limites legais da demarcação da TI. Esse processo permitiu que os Pataxó não apenas visualizassem, mas participassem ativamente da interpretação e discussão sobre a demarcação de sua terra, compreendendo os critérios e implicações de cada detalhe. Além disso, ao capacitar os com ferramentas como o Google Earth, promovemos uma autonomia técnica, possibilitando que eles próprios acompanhassem e gerenciassem as informações territoriais.

## A CONCLUSÃO DO MAPA

Ao longo do projeto, conseguimos levar o projeto do Observatório a todas as áreas da autodemarcação, coletando dados completamente inéditos sobre esse processo. Finalizado o trabalho de campo, enfrentamos nosso último desafio: a conclusão do mapa. Nos instalamos em uma das escolas indígenas, que estava fechada durante o período de férias dos alunos e professores. Eu e um dos monitores ficamos lá, já que o outro não pôde acompanhar os trabalhos naquela época. Dormíamos e trabalhávamos em uma das salas, aproveitando as boas condições do local, com mesas, cadeiras e uma conexão estável à internet. Esse conforto contrastava bastante com as semanas de campo, nas quais trabalhávamos em situações improvisadas e pouco adequadas para o uso do computador. Tentávamos lembrar e aplicar os ensinamentos do Bruno, já de algum tempo atrás, para finalizar o mapa: seta norte, coordenadas geográficas, título, escala, legenda, fonte de dados, projeção geográfica. O software QGIS mantinha seu alto grau de complexidade e sua pouca intuitividade.

O cacique Naô Xohã nos visitava frequentemente, e íamos mostrando a ele o progresso

do nosso trabalho. Em uma dessas ocasiões, mostrei a malha das fazendas sobrepostas à TI BVMP, que havíamos baixado do site do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Naô Xohã sugeriu que procurássemos também os nomes das fazendas e seus proprietários, o que encontramos online. Agora, podíamos cruzar nossos dados de campo, referentes ao alcance territorial da autodemarcação, com o mapa da FUNAI da TI BVMP e as fazendas sobrepostas ao território indígena, registradas no CAR. Deixamos visíveis ainda as plantações de eucalipto dentro do território Pataxó, as dimensões do Parque (PNHMP) e a demarcação da TI Barra Velha de 1991. O efeito foi impressionante, pois o mapa demonstrava de forma clara a situação do território: degradado e apropriado por dezenas de fazendas, plantações de eucalipto e, em grande parte, sobreposto com a unidade de conservação. Intitulamos o mapa como “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal”, onde aproximadamente 80% da área da TI já estava recuperada pelos indígenas, sempre dentro dos limites da demarcação administrativa, ainda inconclusa.

## OS RESULTADOS DOS TRABALHOS

A informação levantada pelo Observatório no mapa “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal” tinha um valor essencial para legitimar o processo das ocupações indígenas perante os juízes. Nos processos de reintegração e manutenção de posse movidos contra os Pataxó, faltava esse tipo de levantamento para a construção de uma defesa bem articulada. Normalmente, seria função do Departamento Territorial da FUNAI emitir pareceres sobre a sobreposição dos estabelecimentos rurais às terras indígenas. No entanto, pelo menos no caso da TI BVMP, a instituição indigenista não produziu esses documentos, deixando a Defensoria Pública da União (DPU) — que representa os indígenas nesses processos — sem a possibilidade de comprovar a situação das fazendas em relação à TI. O trabalho do Observatório foi fundamental para construir o conhecimento onde o desconhecimento jogava contra os Pataxó em sua luta pela terra. A apropriação das ferramentas de georreferenciamento e do software SIG pela nossa equipe permitiu que o mapa, que poderia ter sido feito há tempos pelo Estado e seus funcionários, finalmente fosse confeccionado pelos próprios indígenas com a minha participação.

Apesar do grande êxito que foi a criação do mapa “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal”, uma parte importante dos dados que coletamos não pôde ser utilizada. Tratava-se principalmente das informações georreferenciadas sobre os núcleos de ocupação nas áreas da autodemarcação. Diante da situação de conflito e das graves

ameaças de novos ataques, o cacique Naô Xohã, após consultar lideranças e outras pessoas de sua confiança, decidiu pela não publicação desses dados. Comunicamos essa situação ao Conselho de Caciques na reunião seguinte, quando fomos convidados, como Observatório, a apresentar o resultado de nosso mapeamento. O tema gerou debate, e precisamos equilibrar a questão do georreferenciamento com a segurança no território. Esses dados continuam guardados, disponíveis para um momento mais propício à sua publicação e uso, sendo valiosas ferramentas para a elaboração de planos e estratégias de gestão territorial nas áreas de autodemarcação. O mapa “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal”, foi distribuído em alguns exemplares impressos aos principais líderes, e também compartilhado em PDF pelo grupo de WhatsApp das lideranças.

Pouco tempo após concluirmos o mapa, fomos convidados, como Observatório, pela ANAÍ e pela Defensoria Pública da União (DPU) para apresentar nossos trabalhos. O evento ocorreu na cidade de Salvador, na sede da DPU, com a presença de várias lideranças indígenas que estavam na capital do Estado para um encontro do movimento indígena. Participamos da apresentação eu, o cacique Naô Xohã e Niog Pataxó, um dos monitores, sendo que cada um teve seu momento de fala. Posteriormente, fizemos outra apresentação sobre a experiência dos trabalhos do Observatório para o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade (NEPE). O mapa “Autodemarcação Pataxó da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal” passou a integrar oficialmente a documentação apresentada pela DPU nos processos de reintegração de posse movidos contra os Pataxó. Atualmente, constitui-se como o único trabalho cartográfico no qual os dados sobre o processo de autodemarcação foram georreferenciados, adiantando o trabalho do Estado e de suas instituições nesse sentido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O capítulo moderno da história das relações do povo Pataxó com o Estado, assim como a trajetória de seu território nesse contexto, pode ser analisado a partir dos sucessivos processos de mapeamento dos quais os indígenas participaram. Esses processos atingem seu ápice nas disputas em torno do estabelecimento dos limites da territorialidade Pataxó, representados atualmente pelos esforços paralelos da demarcação administrativa da TI BVMP e da autodemarcação indígena. Nesse contexto, é pertinente repensar a noção de limites/fronteiras a partir de duas perspectivas: a antropologia topológica, delineada por Amselle e M'Bokolo (1985), e a antropologia das margens, proposta por Das e Poole (2004). Para o primeiro autor, os limites são regiões de contato, que impulsionam relações e tecem territorialidades transversais.

Já para as autoras, esses limites configuram zonas de tensão, exclusão e violência, onde o formato do Estado se encontra em constante processo de negociação. Essas duas visões, em parte opostas, revelam-se particularmente relevantes para o caso Pataxó, no qual a construção dos limites é, ao mesmo tempo, topológica — pois não obedece à rigidez da representação cartográfica da TI — e incrustada na realidade de uma constante desconstrução e reinvenção do poder do Estado nesses espaços, materializando-se na autodemarcação do território indígena.

O processo da autodemarcação tem no debate sobre os limites um de seus pontos centrais, mobilizando as memórias e os conhecimentos tradicionais sobre o território. Estes entram em embate com o formato georreferenciado e administrativo da TI BVMP, que ora é entendido como mais uma violência do Estado, ora como um caminho para maior autonomia territorial. Os trabalhos do Observatório Pataxó do Território intervieram nesse processo, trazendo as ferramentas de SIG para o campo da luta indígena e reabrindo as discussões sobre as estratégias de autodemarcação. Tornou-se evidente, no percurso dos mapeamentos, a divergência entre o território Pataxó quanto valor étnico — cuja defesa e continuidade orientam a etnicidade Pataxó — e a Terra Indígena, cuja conquista ressurge como uma estratégia no campo das reivindicações territoriais (Gallois, 2014). Como observado por Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo tem poder de produzir impactos políticos e sociais significativos, internos e externos às comunidades envolvidas, validando o conhecimento indígena e produzindo mecanismos que o transformam em resultados aplicados.

Entendendo o processo de territorialização como a produção de espaços — que, como tais, vão construindo seus próprios limites —, podemos observar como a autodemarcação da TI BVMP mobiliza e politiza os conhecimentos tradicionais sobre o território, com o objetivo de reconstruir a territorialidade em torno do Monte Pascoal. No entanto, o próprio entendimento desses limites como conceito está sujeito à visão interna dos indígenas sobre o território, em que as linhas demarcatórias do Estado se apresentam sempre como uma lógica externa. A apropriação relativa das ferramentas de SIG pelos Pataxó, por meio dos trabalhos do Observatório Pataxó do Território, não alterou essa dinâmica, mas permitiu a construção de novas formas na luta pelo território.

Os processos descritos aqui não apenas revelam a luta territorial concreta dos Pataxó, mas também evidenciam seu enfrentamento às narrativas históricas que moldaram o projeto nacional brasileiro. Um exemplo emblemático dessa dinâmica é a consolidação do Monte Pascoal como monumento nacional, operação simbólica que, ao celebrar a história oficial do “descobrimento”, invisibilizou a presença dos povos indígenas. Como destacou Benedict Anderson (2008), no contexto da formação dos Estados modernos, os mapas oficiais não apenas representavam o espaço geográfico, mas também imaginavam comunidades políticas, fixando fronteiras que legitimavam a construção das identidades nacionais. No caso dos Pataxó, o

mapeamento estatal, ao delimitar o Parque Nacional do Monte Pascoal sem reconhecer sua ocupação tradicional, expressa essa lógica de exclusão, enquanto a prática de resistência por meio da autodemarcação constitui um movimento de reapropriação territorial e simbólica. Essa perspectiva dialoga ainda com as análises de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), que ressalta como os povos indígenas foram historicamente marginalizados nos processos de construção do Estado brasileiro. A luta dos Pataxó, ao reafirmar sua presença territorial no Monte Pascoal, desafia essa tradição de invisibilização. Como reforça João Pacheco de Oliveira (2016), a formação do Brasil enquanto Estado-nação envolveu a produção de “outros internos”, entre os quais se encontram os povos indígenas, frequentemente subordinados a uma lógica de dominação e assimilação. A autodemarcação, portanto, não é apenas uma estratégia de luta por terra, mas também uma forma de reimaginar o pertencimento indígena dentro do projeto nacional.

## REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13- 43.
2. AGOSTINHO, Pedro. Bases para o estabelecimento da reserva Pataxó. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 23, p. 19-29, 1980.
3. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuaislivres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pastos: Terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
4. AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (coord.). **Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado em África**. Lisboa: Edições 70, 1985.
5. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
6. BÁEZ CASILLAS, Miguel Ángel; PAZ DE PEÑA, Francisco Javier. La etnografía en los conflictos ambientales y las fronteras de la antropología. **Revista de El Colegio de San Luis**, San Luis Potosí, ano 10, n. 21, p. 5-31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21696/rcl102120201183>. Acesso em: 24 maio 2025.
7. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sociologia do Brasil indígena**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
8. CARDOSO MOTA, Thiago; PARRA BULBARELLI, Lilian; REIS DE SANT'ANA,

- Graziella; PINHEIRO BUENO, Maria (org.). **Aragwaksã**. Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. Brasília: FUNAI, 2012.
9. CARVALHO, Maria Rosário de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 507-521, set./dez. 2009.
  10. CHAPIN, Mac; LAMB, Zachary; THRELKELD, Bill. Mapping Indigenous Lands. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 34, p. 619-638, 2005. CORREIA, Cloude de Souza. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental**: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2007.
  11. CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. Introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 85- 111.
  12. DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
  13. ERIKSEN, Thomas Hylland. **Engaging anthropology**: the case for a public presence. Oxford: Berg, 2006.
  14. FERRÁNDIZ, Francisco. **Etnografías contemporáneas**: anclajes, métodos y claves para el futuro. Barcelona: Anthropos: Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2011.
  15. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Anexo ao Despacho FUNAI nº 4, de 27/02/2008**. Nota Federal, publicado no D.O. em 29 fev. 2008 - Resumo do Relatório Circunstanciado de Revisão dos Limites da TI Barra Velha. Brasília: FUNAI, 2008.
  16. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi)**. Brasília: FUNAI, 2006.
  17. GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org.). **Terras indígenas e Unidades de Conservação**: o desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2014. p. 37-41.
  18. HEASBERT, Rogerio. **O mito da Desterritorialização**: Do “fin dos territórios” à multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
  19. HERLIHY, Peter; KNAPP, Gregory. Maps of, by and for the peoples of Latin America. **Human Organization**, [s. l.], v. 62, n. 4, p. 303-314, 2003.
  20. OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: antropologia, história e educação. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

21. MISSE, Michel. Violência e teoria social. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v9.n.1.7672>. Acesso em: 20 abr. 2025.
22. PELUSO, Nancy Lee. Whose woods are these? Counter-mapping forest territories in Kalimantan, Indonesia. **Antipode**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 383-406, 1995.

*Anna Kurowicka*

Doutora em Antropologia pela Universidade de Barcelona. Pós-doutoranda na Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9496-9925>. E-mail: annankania@yahoo.es